

02 FEV 2016

GAZETA DO POVO
STJ autoriza
investigar Richa
no caso de corrupção
na Receita

O governador do Paraná,
Beto Richa (PSDB), passou a ser
investigado em inquérito que
apura indícios de corrupção na
Receita Estadual. Em nota,
o governador disse desconhecer o
inquérito no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Governador autorizou
aditivos de R\$ 5,9 milhões
em 7 contratos da Valor,
construtora investigada
por desvios em obras de
escolas estaduais

02 FEV 2016

GAZETA DO POVO

● FISCOPARANAENSE

Richa será investigado pelo caso Publicano

A pedido da Procuradoria-Geral da República, STJ autoriza abertura da investigação. Inquérito corre em sigilo, mas delator disse que verba desviada da Receita Estadual abasteceu campanha do tucano

BRASÍLIA

Catarina Scortecchi

Correspondente

● Por ter sido citado durante as investigações da Operação Publicano, o governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), se tornou alvo de um inquérito aberto no último dia 21 pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) a pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR). Na prática, significa que o tucano será investigado em Brasília pelo caso Publicano — que investiga um esquema de corrupção na Receita Estadual do Paraná.

Dependendo do resultado da investigação, a PGR po-

de pedir o arquivamento do inquérito, se entender que não há indícios da participação do governador no caso, ou oferecer denúncia contra o tucano. Em uma eventual denúncia, o STJ ainda analisa acolhimento ou não.

Como o caso corre sob sigilo, a reportagem não obteve detalhes sobre o inquérito no STJ. A PGR se limitou a informar que o inquérito foi aberto. Mas o auditor fiscal Luiz Antônio de Souza, principal delator da Operação Publicano, deflagrada no início do ano passado, afirmou em depoimento prestado ao Ministério Público de Londrina que o esquema de propina montado na Receita Estadual serviu também para abastecer a campanha do governador nas eleições de 2014.

Souza disse que pelo menos sete delegacias regionais da Receita Estadual — em Curitiba, Londrina, Maringá, Umuarama, Cascavel, Foz do Iguaçu e Ponta Grossa — arrecadaram um total de R\$ 4,3 milhões para a reeleição do tucano, em 2014.

O fiscal está preso, mas, devido ao acordo de colaboração premiada já homologado, deve deixar a cadeia em meados deste ano.

O esquema, ainda segundo o delator, era conduzido pelo auditor fiscal Márcio de Albuquerque Lima, que atuou como delegado regional da Receita em Londrina entre janeiro de 2011 e junho de 2014 e que depois se tornou inspetor-geral de Fiscalização da Receita, em Curitiba. Segundo o delator, Lima seguiria as orientações de Luiz Abi Antoun, parente do governador e considerado uma espécie de “eminência parva” no governo tucano.

As defesas de Lima e de Luiz Abi não têm falado com a imprensa. O governador e o diretório estadual do PSDB já negaram qualquer irregularidade na campanha eleitoral.

Seis ações penais

A Operação Publicano já rendeu seis ações penais contra mais de 200 pessoas, entre auditores fiscais, empresários, advogados, contadores, parentes de fiscais. A maioria dos processos tramita na 3.ª Vara Criminal de Londrina. O trâmite de uma das ações penais — referente à Operação Publicano II — permanece suspenso, por determinação do Tribunal de Justiça do Paraná.

CONTINUA

02 FEV 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

GOVERNADOR NÃO SE PRONUNCIA

Por meio de sua assessoria de imprensa, o governador Beto Richa afirmou à reportagem que desconhece o inquérito e que aguardará a manifestação do Judiciário para se pronunciar sobre a investigação envolvendo seu nome. Anteriormente, Richa e o PSDB haviam negado que dinheiro do esquema na Receita Estadual tenha abastecido a campanha do governador.

POR DENTRO DA OPERAÇÃO

Saiba mais sobre a Operação Publicano, desencadeada em quatro fases:

O SIGNIFICADO DO NOME

Na Bíblia, os publicanos eram os responsáveis pela arrecadação de impostos e tributos no Império Romano. Com o passar do tempo, o termo publicano passou a designar cobradores ilegais que, usando o poder a eles conferido, enriquecem de forma ilícita.

OBJETO DA INVESTIGAÇÃO

Rede de propina envolvendo fiscais e funcionários da Receita Estadual de Londrina e do alto escalão do órgão em Curitiba,

apontados por enriquecimento ilícito pelo Ministério Público. Segundo as apurações, empresários confessaram pagamentos em subornos para bloquear cobranças milionárias em impostos, como o ICMS.

FASES

A Operação Publicano teve quatro fases. Na última delas, em dezembro de 2015, 41 pessoas foram presas. Essa etapa teve origem em um pen drive apreendido pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) em janeiro do ano passado com o auditor Luiz Antônio de Souza, que colabora com as investigações.

PEÇAS PARA A PGR

O procurador-geral de Justiça do Paraná, Gilberto Giacoia, enviou em 2015 peças da investigação da Operação Publicano que envolviam pessoas com foro privilegiado para a Procuradoria-Geral da República (PGR), em Brasília. Nos documentos aparecia o nome do governador Beto Richa (PSDB). O envio do material ocorreu no dia 20 de julho. A PGR é quem tem competência para investigar e pedir abertura de processos penais contra governadores de estado e conselheiros de tribunais de contas, junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

CONTINUA

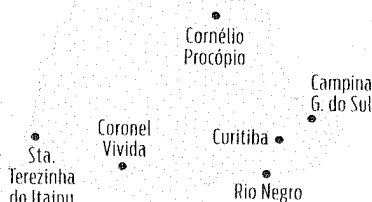
GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

AVAL DERICHA

02 FEV 2016

Aditivos contratuais em sete das dez obras em escolas estaduais tocadas pela Valor foram autorizados pelo próprio governador Beto Richa (PSDB). Esquema de desvio de recursos públicos teria financiado reeleição do tucano.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GRUPO ADMINISTRATIVO SETORIAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Escola Amâncio Moro
Curitiba

R\$ 2.336.177,34
valor original da obra

Ficam acrescidos em **25,52%** (vinte e cinco vírgula cinquenta e dois por cento) os serviços, aditando em mais **R\$ 596.302,66** (quinhentos e noventa e seis mil, trezentos e dois reais e sessenta e seis centavos).

Escola Arcângelo Nandi
Santa Terezinha do Itaipu

R\$ 3.296.756,71
valor original da obra

Ficam acrescidos em **24,60%** (vinte e quatro vírgula sessenta por cento) os serviços, aditando em mais **R\$ 811.036,13** (oitocentos e onze mil, trinta e seis reais e treze centavos).

Escola Jardim Paulista
Campina Grande do Sul

R\$ 4.227.869,70
valor original da obra

Ficam acrescidos em **23,91%** (vinte e três vírgula noventa e um por cento) os serviços, aditando em mais **R\$ 1.011.200,97** (hum milhão, onze mil, duzentos reais e noventa e sete centavos).

**Escola Professor Lysimaco
Ferreira da Costa**
Rio Negro

R\$ 3.999.648,44
valor original da obra

Ficam acrescidos em **23,93%** (vinte e três vírgula noventa e três por cento) os serviços, aditando em mais **R\$ 957.118,43** (novecentos e cinquenta e sete mil, cento e dezoito reais e quarenta e três centavos).

CONTINUA

02 FEV 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Escola Ribeirão Grande
Campina Grande do Sul

R\$ 2.994.227,78
valor original da obra

Ficam acrescidos em **23,78%** (vinte e três vírgula setenta e oito por cento) os serviços, aditando em mais **R\$ 712.116,46** (setecentos e doze mil, cento e dezesseis reais e quarenta e seis centavos).

Escola Tancredo Neves
Coronel Vivida

R\$ 3.326.095,56
valor original da obra

Ficam acrescidos em **23,89%** (vinte e três vírgula oitenta e nove por cento) os serviços, aditando em mais **R\$ 794.718,38** (setecentos e noventa e quatro mil, setecentos e dezoito reais e trinta e oito centavos).

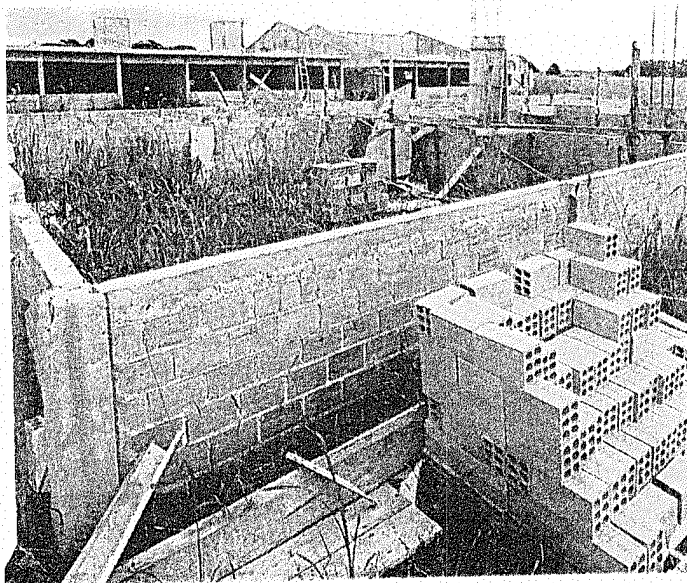
Escola Willian Madi
Cornélio Procopio

R\$ 3.980.991,01
valor original da obra

Ficam acrescidos em **24,47%** (vinte e quatro vírgula quarenta e sete por cento) os serviços, aditando em mais **R\$ 974.455,30** (novecentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e cinco trinta centavos).

AUTORIZADO POR: Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Fonte: Portal da Transparência do governo do Paraná. Infografia: GP.



Obra da Escola Jardim Paulista, em Campina Grande do Sul.

OUTROLADO

Governo diz que repasses a mais tiveram pareceres técnico e jurídico favoráveis

● A assessoria de imprensa do governador Beto Richa (PSDB) informou que as autorizações para os sete aditivos foram solicitadas pela Secretaria Estadual da Educação (Seed), por meio de embasamento técnico e parecer jurídico emitidos pela assessoria da própria pasta. Disse ainda que houve aprovação prévia por parte do Conselho de Gestão Administrativa e Fiscal do estado, em reunião no dia 19 de dezembro de 2014.

"A autorização do governador foi condicionada à comprovação da disponibilidade financeira e orçamentária para fazer frente às despesas, bem como o atendimento de todas as exigências legais e normativas aplicáveis à situação administrativa", argumenta o texto. Segundo a nota, "o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária, fiscal e regularidade do pedido é de responsabilidade do titular do órgão/entidade solicitante, assim como é da competência de sua assessoria jurídica a análise técnica frente à Lei Estadual 15.608/2007", que trata de licitações e contratos no Paraná.

A assessoria de Richa disse que os limites previstos em lei para a liberação de aditivos contratuais "obedece a premissas de urgência administrativa, respeitando-se sempre a legislação vigente". Questionada se houve falhas de controle interno no caso, afirmou que a questão está sendo investigada, uma vez que passou pelo crivo de assessorias técnica e jurídica do governo e também pelo Conselho de Gestão Administrativa e Fiscal, composto por representantes da Casa Civil, Fazenda, Planejamento, Administração, Controladoria Geral e Procuradoria Geral. **(ELG)**

02 FEV 2016

GAZETA DO POVO

● OPERAÇÃO QUADRO NEGRO

Richa autorizou aditivos de R\$ 5,9 mi em 7 contratos da Valor para obras em escolas

Autorização direta do governador aumentou em quase 25% o valor pago à construtora acusada de desviar recursos públicos da educação

Euclides Lucas Garcia

● Acusada de desviar R\$ 18 milhões de obras em escolas estaduais, a Valor Construtora foi beneficiada por aditivos contratuais autorizados diretamente pelo governador Beto Richa (PSDB). Em sete dos dez contratos firmados entre a empresa e a Secretaria da Educação (Seed), o tucano autorizou aditivos no montante total de R\$ 5,9 milhões, aumentando em quase 25% o valor das obras. Diante das irregularidades em torno do caso, os trabalhos da empreiteira foram suspensos pelo Tribunal de Contas (TC) e estão à espera de novas licitações para serem retomados.

Os sete contratos em questão previam a reforma ou ampliação de escolas em seis cidades do estado, ao custo de R\$ 24,2 milhões (veja infográfico). Pelos acordos originais, as obras já deveriam estar concluídas em dois colégios; em

quatro, ficariam prontas neste mês; e no último deles, até o fim deste ano. Após a Valor iniciar os trabalhos, porém, os contratos foram alterados, majorando os valores que a construtora receberia para realizar as obras.

Os sete aditivos, conforme consta no Portal da Transparência do governo, foram autorizados pelo próprio Richa. No maior deles, por exemplo, envolvendo a construção da Escola Jardim Paulista, em Campina Grande do Sul, na região metropolitana de Curitiba, o acréscimo passou de R\$ 1 milhão. A autorização do tucano não levou em conta que, mesmo após dez meses de assinado o contrato com a Valor, a obra estava praticamente na estaca zero em dezembro de 2014.

Segundo relatórios da 7.^a Inspeção de Controle Externo do TC, apesar de o andamento dessa obra estar em 10,35%, a empresa já havia recebido R\$ 2 milhões, referentes a quase 50% do total original contratado — sem considerar o aditivo autorizado por Richa.

Legislação

De acordo com o Decreto 10.432/2014, editado pelo próprio Richa, todos os aditivos contratuais que ultra-

passem R\$ 500 mil “devem ser submetidos à prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo” — no caso da Saúde, o limite previsto é de R\$ 2 milhões. O mesmo vale para dispensa de licitações e prorrogação do prazo de vigência dos contratos firmados pelo governo do estado.

02 FEV 2016

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

Olho Vivo

SÊXTUPLA 1

Por 14 votos a 5, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça invalidou ontem uma lista sêxtupla que o Ministério Público Estadual submeteu para preenchimento de vaga de desembargador. Segundo a decisão, houve agressão ao princípio constitucional da impessoalidade, já que, ao elaborar a lista, o MP teria deixado evidente a intenção de "queimar" a candidatura do procurador Cid Vasques sob a alegação de que ele não representaria os interesses da instituição.

SÊXTUPLA 2

O Órgão Especial já havia concedido liminar no mesmo sentido no ano passado, mas ontem votou no mérito o mandado de segurança impetrado pelo advogado Rodrigo Xavier Leonardo em favor de Vasques. O MP pode recorrer, mas agora já são duas as vagas de desembargador que cabe à instituição indicar nomes para preenchê-las.

02 FEV 2016

GAZETA DO POVO

● CASO VIRGÍNIA

MP questiona laudos sobre as mortes na UTI do Evangélico

Diego Ribeiro

● O Ministério Público do Paraná (MP) pediu à Justiça esclarecimentos ao perito que analisou os prontuários de sete pacientes mortos que, supostamente, tiveram suas vidas interrompidas pela médica Virgínia Soares de Souza e por outros seis funcionários do Hospital Evangélico de Curitiba. A perícia, que demorou quase um ano para ficar pronta, foi entregue aos promotores responsáveis pelo caso em novembro. A análise, assinada pelo perito médico do Instituto Médico Legal do Paraná (IML) Carlos Alberto Peixoto Baptista, beira à nulidade, segundo o MP.

O órgão afirma que houve falta de cuidado ao realizar a perícia, pois o perito usou cópia de textos usados na internet, sem citação de origem e com referências de sites populares sem conteúdo científico. “Facilmente se percebe que o laudo pericial contém respostas confusas, truncadas, contraditórias e dadas sem o denodo necessário. Exemplifica-se: a) recorta e apresenta, sem maiores pudores, como texto técnico/especialista seu, trechos copiados da internet, sem citação de origem”, afirmou o texto que foi protocolado pela promotoria de Proteção à Saúde Pública e pela promotoria da 2.ª Vara do Júri de Curitiba, onde o caso tramita.

De acordo com o MP, a ausência da menção de fontes no texto da perícia é apenas parte do problema. No pedido de esclarecimentos à Justiça, os promotores ironizam os sites usados como referência científica na perícia, citando link do site www.passeidireto.com, usado por alunos que vão prestar vestibular.

Os promotores solicitaram muita “cautela e temperança” ao juízo da vara ao assumir como verdade “inquebrantável” a análise feita pelo perito.

Outrolado

A reportagem procurou a Polícia Científica, responsável pelo IML, e o perito que assinou o documento, por meio da assessoria de imprensa da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp). A pasta informou que a Polícia Científica não foi notificada ainda sobre o pedido de esclarecimentos e que, portanto, não poderia comentá-lo.

02 FEV 2016

GAZETA DO POVO

● JUDICIÁRIO

No STF, Câmara questiona rito do impeachment

● No recurso apresentado na segunda-feira (1º) questionando o rito definido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT), o comando da Câmara dos Deputados acusa a Corte de ter dado uma “guinada” no julgamento e afirmou que “os fatos e a história não podem ser manipulados e propositalmente direcionados para conclusões errôneas, precipitadas e graves”.

A ação foi protocolada antes mesmo de o STF publicar o chamado acórdão. A justificativa é de que a decisão do tribunal sobre o processo de impeachment pode ter interferência nas definições de outras comissões da Câmara.

Nos bastidores, porém, deputados avaliam que a medida faz parte de uma estratégia de Eduardo Cunha (PMDB) para atrasar a composição das comissões da Casa, o que poderia ter efeito sobre o andamento de seu processo de cassação no Conselho de Ética.

Grupo GEP, dono da Luigi Bertolli, pede recuperação judicial

● O grupo varejista GEP, dono das marcas Luigi Bertolli e Cori, entre outras, e que opera as lojas da americana GAP no Brasil, entrou com pedido de recuperação judicial na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo. As dívidas do grupo somam R\$ 513,254 milhões. O GEP opera 97 lojas no

país, sendo 46 Luigi Bertolli, 18 Emme, 16 Cori, 10 GAP e 7 Off-fashion. O grupo possui 1.600 funcionários e, em 2015, o faturamento foi de R\$ 544 milhões, conforme dados do pedido de recuperação judicial. “Embora o Grupo GEP tenha crescido, em quantidade de lojas, 10% ao ano, em média, entre 2008 e 2014, a deterioração do cenário macroeconômico em 2015 impactou negativamente nos resultados das empresas”, diz o documento.

CONDENAÇÃO

O juiz Sergio Moro condenou na segunda-feira (1º) o ex-diretor da Petrobras Jorge Zelada a 12 anos e 2 meses de prisão em regime fechado pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro referente a desvios na estatal. Zelada também foi condenado a pagar uma multa de R\$ 1,2 milhão. O processo trata de irregularidades na contratação da empresa Vantage Drilling pela diretoria Internacional da Petrobras. O advogado de Zelada não quis comentar a sentença.

Justiça do Rio condena ex-comandante e 7 PMs pela morte de Amarildo

● A Justiça do Rio condenou oito policiais militares pela morte do ajudante de pedreiro Amarildo de Souza, de 42 anos, em 2013. Segundo o programa *Fantástico*, as penas variam entre 8 e 13 anos de prisão pelos crimes de tortura seguida de morte, ocultação de cadáver e fraude processual. Até hoje, o corpo do ajudante de pedreiro não foi localizado, e ainda há inquéritos em curso para apurar o envolvimento do Bope na ocultação do cadáver. Segundo a sentença, a morte do pedreiro foi orquestrada pelo major Edson Santos, que comandava a UPP da Rocinha, no Rio. O major foi condenado a 13 anos e sete meses. Além dele, o subtenente Luiz Felipe de Medeiros foi condenado a dez anos de prisão devido a sua atuação como principal ajudante do major no crime. Os demais policiais foram condenados pelo envolvimento na morte a penas entre 8 e 11 anos de prisão e também serão expulsos da PM.

02 FEV 2016

FOLHA DE S. PAULO

Juízes divergem de associações que criticaram o impeachment

Para os magistrados, processo não pode ser classificado de ilegal

Oitocentos magistrados do país divulgam nesta segunda (1º) uma nota contrária a duas associações de juizes que lançaram, em dezembro, manifestações externando “preocupação” com a abertura do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Os magistrados, de diferentes instâncias e tribunais do país, organizaram-se por meio de redes sociais para deslegitimar as manifestações da Ajuris (Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul) e da AJD (Associação Juizes para a Democracia) como sendo a posição da categoria.

Para os magistrados que subscrevem a nova nota, as duas associações “representam parcela mínima dos cerca de 17 mil juizes brasileiros”.

“O impeachment tem previsão constitucional, não podendo, em hipótese alguma, ser classificado como ilegal ou ilegítimo. Por expressa disposição constitucional, cabe exclusivamente ao Congresso Nacional apreciar e julgar o impeachment do Presidente da República nos crimes de responsabilidade”, afirma o texto.

“Mesmo as associações de classe que representam estatutariamente os magistrados em caráter nacional não têm autorização ou legitimidade para falar por seus associados em assuntos dessa natureza e gravidade”, diz a nota.

O presidente da Ajuris, Eugênio Couto Terra, afirmou em dezembro que, “sem imputação pessoal específica e

sem substrato material de crime de responsabilidade praticado pela chefe do Poder Executivo”, a abertura do processo de impeachment “afronta preceitos constitucionais”.

“Não se admite, em uma democracia plena, degenerese o processo de impedimento em verdadeiro terceiro turno, uma sanção em busca de um culpado”, sustentou na mesma ocasião a AJD.

Segundo o presidente da AJD, André Augusto Salvador Bezerra, que atua na 42ª Vara Cível de São Paulo, o objetivo da manifestação da entidade não era falar em nome dos juizes brasileiros.

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

O processo

02 FEV 2016

SÃO PAULO - É tão absurdo o caso envolvendo a juíza Kenarik Boujikian, que o mais provável é que exista uma disputa política entre ela e alguns desembargadores cujos bastidores ainda não foram publicados.

O fato é que ela está sendo acusada em processo administrativo de violação ao princípio da colegialidade por ter mandado soltar dez réus que estavam presos preventivamente havia mais tempo do que a pena fixada em suas sentenças.

No entender do desembargador Xavier de Aquino, que propôs a representação contra a magistrada, ela não podia ter tomado essa decisão monocraticamente. Boujikian, que atua como substituta no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), deveria ter consultado desembargadores antes de expedir os alvarás de soltura.

Não tenho nada contra regras institucionais (é difícil atuar sem elas) e muito menos contra julgamentos por colegiados (eles tendem a ser qualitativamente melhores dos que decisões proferidas por magistrado singular), mas é preciso ter perdido o juízo para considerar irregular a atuação de Boujikian nestes casos.

O que ela fez foi aplicar diretamente princípios constitucionais e regras do direito penal que visam a assegurar que ninguém será preso injustamente ou permanecerá atrás das grades por prazo superior àquele a que foi condenado. Basicamente, ela relaxou prisões que haviam se tornado ilegais. Essa, aliás, deveria ser uma obsessão de todos os juizes da área penal. Não há dúvida de que um magistrado possa fazer isso "ex officio".

Ainda que nos fixemos só nos procedimentos, ignorando por completo que Boujikian evitou a perpetuação de uma ilegalidade, é difícil afirmar que a magistrada tenha impedido os demais juizes de atuar ou mesmo reverter sua decisão, o que configuraria a tal da violação à colegialidade.

É natural e até saudável que existam disputas políticas no TJ, mas fica ridículo levá-las a ponto de censurar alguém por fazer a coisa certa.

02 FEV 2016

FOLHA DE S. PAULO

Dirceu diz a Moro 'não aceitar' sua prisão

Em depoimento ao juiz, ex-ministro afirmou que estava colaborando com a Justiça e detenção foi desnecessária

Petista negou receber propina de contratos da Petrobras, mas admitiu que lobista pagou reforma de casa

DE SÃO PAULO

O ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, réu na Lava Jato, afirmou na última sexta-feira (29) que não vê razões para estar preso em regime fechado. "Eu não consigo aceitar a minha prisão, doutor Moro", disse em depoimento ao juiz Sergio Moro, que conduz ações da operação.

Dirceu falou por duas horas e 20 minutos e respondeu a perguntas de Moro, do Ministério Público, de advogados de outros réus e do criminalista que o representa, Roberto Podval —vídeos do depoimento foram anexados à ação nesta segunda-feira (1º).

Ele criticou a prisão ao reafirmar que colabora com a Justiça. "Eu estava prestando todas as informações, eu estava no regime aberto em Brasília, domiciliar, eu estou sempre à disposição da Justiça, eu vou assumir o que tiver que assumir", disse Dirceu.

O ex-ministro se referiu ao processo do mensalão: "Ago-

ra, o que eu não posso é pela segunda vez virar chefe de quadrilha", afirmou. "Se a Justiça do meu país, como me condenou, me condenar a segunda vez, eu vou cumprir."

Ao final de sua fala, Dirceu mencionou o PT e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "Eu não posso aceitar também qualquer espécie de cassação do registro do PT, criminalização do PT ou a tentativa de envolver o presidente Lula nisso", concluiu.

PETROBRAS

Dirceu negou ter recebido propina de contratos da Petrobras, como fez anteriormente. "Então o senhor nunca recebeu comissionamentos de contratos da Petro-

> INDULTO

PETISTA PEDE PERDÃO DE PENA NO MENSALÃO

Os defensores de José Dirceu, que foi condenado a 7 anos e 11 meses, argumentam que ele se enquadra no decreto de indulto natalino que foi assinado pela presidente Dilma no fim de 2015.

bras?", questionou Moro. "Não recebi", Dirceu respondeu. "Nem autorizei ninguém a falar em meu nome na Petrobras, usaram o meu nome na Petrobras", ele finalizou.

Dirceu negou ter indicado Renato Duque ao cargo de diretor na estatal, como apontam delatores. "Tudo passa pela Casa Civil", afirmou. "Se for assim, doutor, eu indiquei todos os diretores, todos os presidentes de estatais, todos os ministros do governo."

Sobre valores que sua empresa, a JD Assessoria, recebeu tanto de companhias investigadas na Lava Jato como da Jamp —do lobista e delator Milton Pascowitch—, Dirceu disse que os serviços prestados justificam o cachê.

"A atividade fim era eu que exercia. A minha consultoria era personalíssima, de avaliação de conjuntura, de avaliação do momento político internacional, econômico, de abertura de mercados no exterior, avaliação da situação do Brasil, de perspectivas."

O petista admitiu que Pascowitch pagou por uma reforma feita em sua casa, em Vinhedo (SP). Segundo Dirceu, a operação foi um empréstimo jamais quitado. Ele afirmou passar por dificuldades financeiras. (ALEXANDRE ARAGÃO)

Juíza condena 12 PMs por assassinato de Amarildo

Pedreiro sumiu em 2013
após ser detido em UPP

A Justiça do Rio condenou 12 policiais militares por envolvimento no desaparecimento e morte do pedreiro Amarildo de Souza, 43.

Ele desapareceu em 14 julho de 2013 após ser detido por policiais da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) da favela da Rocinha, zona sul.

Os policiais foram condenados pelos crimes de tortura seguida de morte, ocultação de cadáver e fraude processual. A Justiça também determinou que eles sejam expulsos da polícia.

A sentença foi dada na última sexta-feira (29) pela juíza Daniella Alvarez Prado, da 35ª Vara Criminal do Rio.

“Infelizmente sabemos que ele não sumiu. Amarildo morreu. Não resistiu à tortura que lhe empregaram. Foi assassinado. Vítima de uma cadeia de enganos. Uma operação policial sem resultados expressivos. Uma informação falsa. Um grupo sedento por apreensões. Um nacional vulnerável à ação policial. Negro. Pobre”, disse a magistrada em um trecho da decisão.

O comandante da UPP da Rocinha à época, major Edson Raimundo dos Santos, recebeu a maior pena: 13 anos e sete meses de reclusão. Ele foi acusado de ter sido “mentor” do crime.

Dos 25 denunciados, 12 policiais foram absolvidos e um teve a punição extinta porque morreu em 2015.

A defesa de parte dos réus sustentou a tese de que Amarildo teria sido vítima de traficantes de drogas. Os advogados não responderam aos contatos da **Folha**.

02 FEV 2016

tiroteio

Eu só faço o que acho certo, justo e legítimo. Ninguém me pauta. Nem o governo, nem a oposição, nem a imprensa.

DO MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (STF), sobre se reunir com integrantes do governo e da oposição às vésperas da votação sobre o rito do impeachment.

PAINEL



Inimigo íntimo Uma das autoridades presentes à sessão de abertura do ano judiciário no STF brincou ao ver Eduardo Cunha sentado ao lado do procurador-geral da República, Rodrigo Janot. “Eu me senti no filme ‘Dormindo com o inimigo’”, disse.

Gregos Luís Roberto Barroso (STF) informa que, na semana do julgamento sobre o rito do impeachment, recebeu não só emissários de Dilma em seu gabinete, caso dos ministros Luís Inácio Adams (AGU) e José Eduardo Cardozo (Justiça).

E treianos O magistrado encontrou-se também com opositoristas. Esteve, no mesmo período, com os tucanos Carlos Sampaio (SP) e Bruno Araújo (PE).

02 FEV 2016

FOLHA DE S. PAULO

Ex-diretor da Petrobras é condenado a 12 anos

DE SÃO PAULO

O juiz federal Sergio Moro condenou nesta segunda (1º) o ex-diretor da Petrobras Jorge Luiz Zelada a pena de 12 anos e dois meses por corrupção e lavagem de dinheiro.

Moro acolheu a tese do Ministério Público de que Zelada recebeu propina em um contrato da Petrobras de navios-sonda — ele nega as acusações. Cabe recurso à decisão.

O juiz também condenou o ex-gerente Eduardo Musa — subordinado direto de Zelada à época do negócio — a 11 anos e oito meses de prisão. Ele também foi acusado de rece-

ber propina em troca de facilitar a obtenção do contrato.

Ao todo, teriam sido pagos cerca de US\$ 31 milhões em propinas. O lobista João Augusto Rezende Henriques, tido como operador do PMDB no esquema, também foi condenado. O caso envolve o frentamento por US\$ 1,8 bilhão da sonda Titanium Explorer da empresa americana Vantage Drilling, em 2008.

Com base em dados de um relatório de auditoria feito pela Petrobras, a Procuradoria culpou Zelada por ter ignorado procedimentos de governança ao celebrar o contrato contra recomendações dos

técnicos que faziam objeções ao afretamento da sonda.

Foi condenado ainda o operador de propinas e delator Hamylton Padilha.

Zelada foi preso em julho de 2015. Ele é réu em outras duas ações e o quarto ex-diretor da Petrobras condenado no âmbito da Lava Jato.

OUTRO LADO

Renato de Moraes, que conduz a defesa de Jorge Zelada, disse que a condenação do ex-diretor é injusta. “A defesa está inconformada e vai apresentar recurso ao Tribunal Regional Federal para reformar esta decisão”, afirmou.

OAB recomenda afastamento de Cunha

DÉBORA ÁLVARES

DE BRASÍLIA

MONICA BERGAMO

COLUNISTA DA FOLHA

Na primeira reunião sob a nova presidência, a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) aprovou nesta segunda-feira (1) uma recomendação favorável ao afastamento do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) do comando da Câmara dos Deputados.

A ordem alega que o pedido foi feito “pelo bem da instituição e das investigações

em andamento contra o parlamentar”.

Cunha é acusado de corrupção passiva e lavagem de dinheiro por suposta participação no esquema de corrupção na Petrobras. A OAB vai enviar a recomendação à Câmara e vai informar, ainda, o STF (Supremo Tribunal Federal) da decisão.

Em 16 de dezembro do ano passado, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu ao Supremo o afastamento cautelar de Cunha, sob argumento de que o presidente da Câmara faz uso do cargo para atrapalhar as investigações da Operação Lava Jato e as apurações do Conselho de Ética da Casa, que ana-

lisa seu pedido de cassação.

O tribunal deve decidir o caso neste mês. Na semana passada, a **Folha** revelou que o governo recebeu sinalização do Supremo de que hoje não há elementos para afastar o deputado.

Na cerimônia de sua posse, o novo presidente da OAB, Claudio Lamachia, fez um discurso sobre a necessidade da luta contra a corrupção.

Sem mencionar as acusações contra Cunha ou até mesmo o pedido de impeachment de Dilma Rousseff, o novo presidente da ordem criticou a atitude dos políticos frente às recentes denúncias. Lamachia defendeu ainda mais união ao país.

02 FEV 2016

FOLHA DE S. PAULO

Dono da Luigi Bertolli pede recuperação judicial

Dívida de grupo do qual faz parte a Cori e que opera a GAP no país chega a R\$ 513 mi

O grupo varejista GEP, dono das marcas Luigi Bertolli e Cori, entre outras, e que opera as lojas da americana GAP no Brasil, entrou com pedido de recuperação judicial na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo. As dívidas do grupo somam R\$ 513,254 milhões.

O pedido de recuperação judicial foi protocolado na sexta-feira (29) pelo escritório Renato Mange Advogados Associados.

O GEP opera 97 lojas no país, sendo 46 Luigi Bertolli, 18 Emme, 16 Cori, 10 GAP e 7 Offashion. O grupo possui 1.600 funcionários e, em 2015, o faturamento foi de R\$ 544 milhões.

“Embora o Grupo GEP tenha crescido, em quantidade de lojas, 10% ao ano, em média, entre 2008 e 2014, a deterioração do cenário macroeconômico em 2015 impactou negativamente nos resultados das empresas”, diz o documento.

Outra justificativa apresentada no pedido é que a marca americana GAP “enfrenta, atualmente, uma grave crise mundial, porque não se atualizou ao modelo fast fashion e cometeu erros consecutivos em suas coleções”.

A primeira loja da GAP no Brasil foi aberta em setembro de 2013. (EULINA OLIVEIRA)

02 FEV 2016

FOLHA DE LONDRINA

Paraná tem contas bloqueadas

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba - A 1ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba determinou, na semana passada, o bloqueio de recursos de contas bancárias do governo do Paraná para assegurar o pagamento à prefeitura dos R\$ 15,6 milhões pendentes do convênio tripartite 19.275, firmado entre as duas administrações e o Atlético-PR, com o objetivo de viabilizar os jogos da Copa do Mundo de 2014 na capital. A medida atende a um pedido da gestão Gustavo Fruet (PDT), que questiona o fato de o governo Beto Richa (PSDB) não ter cumprido uma decisão de 18 de dezembro, solicitando o depósito integral do valor.

O juiz Fernando Vasconcellos argumenta ser injustificável a demora por parte do Executivo estadual em honrar com o compromisso. De acordo com o pedetista, porém, o montante não foi integral-

mente bloqueado, por falta de saldo nas contas do Estado. A Justiça conseguiu retirar apenas R\$ 1.774.685,91 numa conta e R\$ 14.390,24 em outra, totalizando R\$ 1.789.076,15 (11,4%). A Procuradoria-Geral do Município informou que está avaliando que medidas tomar para garantir o ressarcimento integral.

A ação foi ajuizada pela prefeitura em outubro de 2015. Dois meses depois, a 1ª Vara solicitou que a administração Beto efetuasse o repasse imediato – determinação confirmada pela 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, a qual negou efeito suspensivo. Ainda segundo a gestão Fruet, o Executivo estadual não obedeceu ao que foi estabelecido, o que levou o município a entrar com o novo pedido, “de forma a resguardar o interesse público”. Procurada pela FOLHA, a Procuradoria-Geral do Estado enviou uma nota, dizendo apenas que irá recorrer da decisão.

02 FEV 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Audidores fiscais

Três meses depois da abertura dos procedimentos administrativos (PAD) contra 62 auditores fiscais, réus na operação Publicano, ainda não há como saber o andamento das investigações internas. A assessoria de imprensa da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa) informou que os prazos começam a contar apenas depois das notificações dos envolvidos, segundo a lei estadual 131/2010. Os processos devem ser concluídos em 90 dias, mas podem ser prorrogados duas vezes e chegar até aos 180 dias.

Quatro processos

Foram instaurados quatro PAD conforme a natureza penal dos 117 fatos irregulares levantados pela Corregedoria-Geral da Receita e tratam sobre crimes de falsidade ideológica e ocultação de documentos, violação de sigilo funcional, corrupção ativa e corrupção passiva ou concussão. Os auditores poderão ser indiciados em mais de um PAD.

02 FEV 2016

FOLHA DE LONDRINA

Moro condena Zelada a 12 anos de prisão

Ex-diretor de área Internacional da Petrobras responderá pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro

66

As provas são de que ele movimentou seus ativos criminosos em 2014, durante a Lava Jato”

Fausto Macedo e
Ricardo Brandt
Agência Estado

São Paulo - O juiz federal Sérgio Moro condenou ontem o ex-diretor de área Internacional da Petrobras Jorge Luiz Zelada a 12 anos e dois meses de prisão pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Moro condenou, ainda, o lobista João Augusto Rezende Henriques, apontado como operador do PMDB na estatal e aliado do presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ), a seis anos e oito meses de reclusão. Foram condenados também Eduardo Costa Vaz Musa, ex-gerente da estatal petrolífera, a dez anos de reclusão e Hamylton Pinheiro Padilha Júnior a oito anos de prisão.

Segundo a denúncia da Procuradoria da República, Zelada, na condição de Diretor Internacional da Petrobras, e Eduardo Musa, gerente da área internacional da Petrobras, aceitaram propina de cerca de US\$ 31 milhões de Hamylton Padilha e de Hsin Chi Su Nobu

Su, para favorecer a contratação, em 22 de janeiro de 2009, da empresa Vantage Drilling Corporation para afretamento do navio sonda Titanium Explorer pela Petrobras ao custo de US\$ 1,81 bilhão.

Moro decretou o confisco de R\$ 123,6 milhões dos saldos sequestrados em duas contas em nome de Zelada e da offshore Rockfield International, constituída no Panamá, no Banco Julius Baer, no Principado de Mônaco, com saldo total de cerca de 11,6 milhões de euros.

“As contas receberam os ativos criminosos decorrentes da propina paga no contrato que é objeto da presente ação penal e que há indícios de que receberam propinas também decorrentes de outros contratos da Petrobras, estando sujeitos os saldos à decretação de confisco em outras ações penais, o que significa que, apesar do elevado valor, não necessariamente será o confisco ora decretado suficiente para restituir à vítima o produto dos crimes que constituem objeto deste feito”, assinalou o magistrado.

Na sentença, o juiz Moro assinalou: “No que se refere à Jorge Luiz Zelada, reitero a existência de provas de que seria titular de outras contas em nome de offshore no exterior e que não tiveram os saldos sequestrados por este Juízo, como as contas na Suíça (duas pelo menos), havendo também transferências dele significativas para contas na China e que podem ter como destino contas por ele controladas no referido país. As provas são de que ele movimentou seus ativos criminosos em 2014, já durante a investigação da Operação Lava Jato, tentando colocar seus ativos criminosos a salvo no Principado de Mônaco, o que por si só representa a prática de novos atos de lavagem durante a investigação e tentativa de frustrar a aplicação da lei penal”.

O juiz da Lava Jato destaca que Zelada foi denunciado em novas ações penais “e por novos esquemas criminosos, pela prática de novos crimes de corrupção”.

CONTINUA

02 FEV 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Em relação a João Augusto Rezende Henriques, o juiz federal observou “a persistência do risco à aplicação da lei penal, já que mantém diversas contas offshores no exterior (pelo menos duas na Suíça) cujos saldos ainda não foram sequestrados por este Juízo, tendo condições de frustrar a recuperação do produto do crime”.

CUNHA

Sérgio Moro alertou para “indícios de profissionalismo na prática de crimes de corrupção e lavagem”. O magistrado destacou “a gravidade em concreto não só do crime que é objeto da presente ação penal, mas dos crimes por ele admitidos como o pagamento de propina ao atual presidente da Câmara dos Deputados, terceiro na linha da sucessão presidencial”. O deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ) é alvo de investigação na Procuradoria Geral da República. Ele nega.

DEFESAS

Em suas alegações finais no processo, Jorge Zelada, por meio do criminalista Nélio Machado, argumentou que “não se configurou o crime de corrupção” e “que não houve irregularidades” na contratação do navio-sonda da Vantagem. Argumentou que não houve prejuízo à Petrobras e que os delatores e réus no processo Hamylton Padilha e Eduardo Musa disseram que nunca trataram diretamente com Jorge Zelada sobre a propina. Por fim, a defesa pede a absolvição de Zelada. O criminalista alegou ainda que o juiz Sérgio Moro “é incompetente” e “suspeito para julgar o caso”.

A defesa do acusado de operar propinas ao PMDB João Augusto Rezende Henriques argumentou em suas alegações finais que “mantinha amizades na Petrobras, por ter trabalhado na empresa, mas não praticou ilícitos criminais”. Suas consultorias via Trend Empreendimentos foram lícitas e “que não há prova material do crime”. A defesa pede a “absolvição e a revogação da prisão preventiva”.

02 FEV 2016

FOLHA DE LONDRINA

Cunha recorre de decisão sobre impeachment

Agência Brasil

O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), recorreu ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) para modificar o julgamento no qual a Corte decidiu invalidar, em dezembro de 2015, a eleição da chapa avulsa para formação da comissão especial da Câmara dos Deputados que conduzirá o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

No recurso, Cunha voltou a defender votação aberta para eleição da comissão e a obrigatoriedade do Senado para dar prosseguimento ao processo de impeachment de Dilma. Segundo o presidente, ao aceitar recurso do PCdoB, que questionou a validade do rito do impeachment, o STF interferiu no funcionamento interno da Casa e restringiu direitos dos parlamentares.

“Os fatos e a história não podem ser manipulados e propositadamente direcionados para conclusões errôneas, precipitadas e graves. Talvez não se tenha notado ainda a relevância dessa decisão não só quanto ao processo de impeachment em si, mas ao futuro institucional da Câmara dos Deputados e do próprio Poder Legislativo”, disse o presidente da Câmara.

Cunha entrou com recurso antes da publicação do acórdão. No final do ano passado, o presidente do Supremo, Ricardo Lewandowski, disse a Cunha que não há margem para dúvidas sobre a decisão da Corte que anulou a formação da comissão especial do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Durante a audiência, o presidente do STF lembrou a Cunha que não há entendimento entre os demais ministros sobre a aceitação de recurso contra uma decisão antes da publicação do acórdão. Para Lewandowski, membros da Corte entendem que a antecipação dos embargos é “exercício de futurologia”.

Em dezembro do ano passado, por 6 votos a 5, a Corte entendeu que a comissão deve ser formada por representantes indicados pelos líderes dos partidos, escolhidos por meio de chapa única, e não por meio de chapa avulsa.

02 FEV 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

CASO VIRGÍNIA

MP questiona perícia

Diego Ribeiro

O Ministério Público do Paraná (MP) pediu à Justiça esclarecimentos ao perito que analisou os prontuários de sete pacientes mortos que, supostamente, tiveram suas vidas interrompidas pela médica Virgínia Soares de Souza e outros seis funcionários do Hospital Evangélico. A perícia, que demorou quase um ano pra ficar pronta, foi entregue aos promotores responsáveis pelo caso em novembro. A análise, assinada pelo perito médico do Instituto Médico-Legal do Paraná Carlos Alberto Peixoto Baptista, beira à nulidade. O MP afirma ainda que houve falta de cuidado ao realizar a perícia, pois o perito usou cópia de textos usados na internet, sem citação de origem e referências em sites populares sem conteúdo científico.

“Facilmente se percebe que o laudo pericial contém respostas confusas, truncadas, contraditórias”, afirmou o texto que foi protocolado pela promotoria de Proteção à Saúde Pública e pela promotoria da 2.ª Vara do Júri de Curitiba.

A Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná (Sésp) informou que a Polícia Científica não foi notificada ainda sobre o pedido de esclarecimentos, portanto, não poderia comentá-lo.

DEFESA DA MÉDICA

O advogado de defesa da médica, Elias Mattar Assad, afirmou que também solicitou esclarecimentos. Segundo Assad, o perito não encontrou indícios de antecipação de morte nos prontuários porque não têm.

“O perito do IML do Paraná é uma pessoa instruída, preparada pra responder a perícia que foi submetida ele. Ele fez as análises e respondeu as perguntas”, disse. De acordo com o advogado, o MP não pode responsabilizar a médica e equipe por não ter havido crime. Por isso, afirmou ele, não há como responder perguntas sobre as supostas circunstâncias questionadas. “Neste caso criminal os que menos entendem são os que mais suspeitam”, ressaltou.

02 FEV 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça bloqueia contas do Estado por dívida da Copa

Prefeitura entrou com ação para cobrar R\$ 15 milhões

A 1ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba determinou o bloqueio de recursos de contas bancárias do governo do Estado, para assegurar o pagamento ao Município de Curitiba do valor pendente de R\$ 15.660.723,33, referente ao convênio assinado para viabilizar os jogos da Copa do Mundo de 2014 na cidade. A medida, definida na semana passada, atende a um pedido da Prefeitura, uma vez que o Estado não cumpriu a decisão judicial de 18 de dezembro que determinava o pagamento imediato do valor ao Município.

O valor, porém, não foi integralmente bloqueado, por falta de saldo nas contas do Estado. A Justiça conseguiu bloquear apenas 11,4% do total: R\$ 1.774.685,91 numa conta e R\$ 14.390,24 em outra, o que dá um total de R\$ 1.789.076,15. A Procuradoria Geral do Município avalia que medidas tomar para garantir o pagamento do valor integral. ■

TRIBUNA DO PARANÁ

COPA

A 1ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba determinou o bloqueio de recursos de contas bancárias do governo do Estado, para assegurar o pagamento ao Município de Curitiba do valor pendente de R\$ 15.660.723,33, referente ao convênio assinado para viabilizar os jogos da Copa do Mundo de 2014 na cidade. A medida, definida na semana passada, atende a um pedido da Prefeitura, uma vez que o Estado não cumpriu a decisão judicial de 18 de dezembro que determinava o pagamento imediato do valor ao Município.

02 FEV 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Cunha recorre contra decisão sobre impeachment

O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), recorreu ontem (1º) ao Supremo Tribunal Federal (STF) para modificar o julgamento no qual a Corte decidiu invalidar, em dezembro do ano passado, a eleição da chapa avulsa para

formação da comissão especial da Câmara dos Deputados que conduzirá o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

No recurso, Cunha voltou a defender votação aberta para eleição da comissão e a obrigatoriedade do Senado

para dar prosseguimento ao processo de impeachment de Dilma. Segundo o presidente, ao aceitar recurso do PCdoB, que questionou a validade do rito do impeachment, o STF interferiu no funcionamento interno da Casa e restringiu direitos dos parlamentares. ■

Dirceu pede ao Supremo perdão por pena do mensalão

A defesa do ex-ministro José Dirceu protocolou nesta segunda-feira (1º) no Supremo Tribunal Federal (STF) pedido para extinguir a pena que recebeu no julgamento do mensalão, com base em decreto da presidente Dilma Rousseff do final do ano passado que concedeu perdão a presos de todo o país que se enquadram em alguns requisitos.

Condenado a 7 anos e 11 meses por corrupção ativa no processo do mensalão, Dirceu foi preso em novembro de 2013 já no regime semiaberto, com permissão para trabalhar fora. Em novembro de 2014, passou para o regime aberto com prisão domiciliar. ■

NOTAS POLÍTICAS

Pessuti x Requião

Está na pauta da primeira turma do STF (Supremo Tribunal Federal) nesta terça-feira, 2, o julgamento do senador Roberto Requião (PMDB-PR) por crime de difamação em ação apresentada pelo irmão do ex-governador Orlando Pessuti (PMDB), Nelson Pessuti. O relator do processo é o ministro Roberto Barroso.

Ex-diretor condenado

O juiz federal Sergio Moro condenou nesta segunda-feira (1.º) o ex-diretor da Petrobras Jorge Zelada a 12 anos e 2 meses de prisão em regime fechado pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro referente aos desvios na estatal. Zelada também foi condenado a pagar uma multa no valor de R\$ 1,2 milhão.

Abusos da defesa

O juiz federal Sergio Moro afirmou ontem (1º) que alguns advogados que atuam na Operação Lava Jato abusam do direito de defesa. A crítica do juiz está na sentença na qual ele condenou o ex-diretor da Petrobras Jorge Zelada. De acordo com o juiz, os advogados apresentam inúmeros pedidos de produção de prova para atrasar o fim da ação penal.

CPI do Quadro Negro

Amparada nas recentes denúncias de desvio de recursos públicos que deveriam ser usados na construção e ampliação de escolas estaduais, a bancada de oposição na Assembleia Legislativa do Paraná já se articula para instalar uma CPI que investigue o caso. Para tumultuar ainda mais o ambiente na Casa, o esquema envolveria o presidente do Legislativo, Ademar Traiano (PSDB), e o primeiro-secretário, Plauto Miró (DEM) – ambos negam.

02 FEV 2016

BEMPARANÁ

Janot constrange Cunha em sessão do STF

A passos largos e com pouca disposição para dar declarações, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), chegou na tarde de ontem em seu gabinete após participar da sessão de abertura do ano judiciário no Supremo Tribunal Federal (STF). Cunha, que pretendia dar entrevista na saída do evento, recusou-se a comentar o constrangimento de sentar-se ao lado do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que o denunciou ao STF por corrupção e lavagem de dinheiro.

Na solenidade, o presidente da Câmara teve de acompanhar o discurso de seu desafeto enaltecendo as investigações da Operação Lava Jato. O peemedebista enfrentará nos próximos dias o julgamento no Supremo de um pedido de afastamento do cargo, também feito pela Procuradoria Geral da República.

Ao fazer referência, nos cumprimentos, às autoridades na solenidade no STF, Janot ignorou a presença de Cunha. Durante seu discurso, o procurador-geral disse que a atuação ministerial se pautará pela impessoalidade e pelo apartidarismo. Janot disse que "holofotes não serão desligados e estarão direcionados à observância da ordem jurídica".

STF julga ação contra Requião

A primeira turma do Supremo Tribunal Federal (STF) deve julgar hoje ação por suposto crime de difamação de Nelson Pessuti, irmão do ex-governador Orlando Pessuti (PMDB), contra o senador Roberto Requião (PMDB). O relator do processo é o ministro Roberto Barroso.

Ainda no STF, Requião responde também por suposto "crime de divulgação de segredo" em representação criminal oferecida pelo ex-deputado Acir Mezzadri (PMDB). O relator deste processo é o ministro Luiz Fux após o ministro Edson Fachin se declarar em "suspeição" para julgar o caso.

Mezzadri acusa Requião de usar documento sob sigilo do PMDB para processá-lo por calúnia e difamação e tentar auferir R\$ 30 mil com a ação. Ele foi convocado pela comissão de ética do PMDB na condição de testemunha de defesa de Pessuti. O depoimento foi dado na condição de sigilo garantido pelo estatuto do partido, alega ele. Segundo a ação, o advogado Luiz Fernando Delazari, funcionário do gabinete de Requião no Senado, teria vazado cópia do depoimento do ex-deputado ao senador.

Caixa Zero **02 FEV 2016**

Enviado por *Rogério Waldrigues Galindo*,
29/01/16 2:07:11 PM

TJ perderá R\$ 1,4 milhão por mês de juros ao repassar depósitos para governo Richa

Uma das consequências que pode estar pesando na decisão do Tribunal de Justiça para demorar a repassar o dinheiro dos depósitos judiciais ao governo do Paraná é o valor que o Judiciário perderá de receber em juros mensalmente.

Os cálculos do governo dizem que o Executivo tem direito a retirar R\$ 640 milhões das contas de depósitos judiciais. Pelo valor, o TJ recebe mensalmente de juros algo em torno de R\$ 1,47 milhão.

O dinheiro dos depósitos costuma ficar numa conta da Caixa Econômica até que o processo seja decidido. Agora, uma lei federal autoriza o Poder Executivo a retirar antecipadamente até 70% desses valores, deixando 30% para pagar ações que venha a perder.

CONTINUA

CAIXA ZERO

CONTINUAÇÃO

02 FEV 2016

O secretário da Fazenda do Paraná, Mauro Ricardo Costa, afirmou em entrevista que o TJ paranaense está “criando todos os obstáculos” para impedir o repasse. O governo já foi à Justiça Federal para pedir que a Caixa repasse o dinheiro e cogita ir ao CNJ sobre o caso.

O contrato entre o TJ e a Caixa prevê remuneração de 0,23% mensalmente sobre os valores depositados. Veja abaixo trecho do contrato.

“CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO: Durante a execução do contrato, o **CONTRATANTE** fará jus, mensalmente, ao recebimento do valor correspondente aos percentuais abaixo discriminados, que incidirão sobre a média mensal dos depósitos das contas judiciais administrados pela **CONTRATADA** no mês imediatamente anterior ao do pagamento, da seguinte forma.

- I – 0,20% (zero vírgula vinte por cento) a partir de julho de 2014;
- II - 0,21% (zero vírgula vinte e um por cento) a partir de janeiro de 2015;
- III - 0,22% (zero vírgula vinte e dois por cento) a partir de abril de 2015;
- IV - 0,23% (zero vírgula vinte e três por cento) a partir de julho de 2015.

Parágrafo Único: O percentual de remuneração mencionado na presente cláusula incidirá sobre os valores dos depósitos das contas judiciais do Tribunal de Justiça, sendo que as demais obrigações, vinculadas à administração das disponibilidades de caixa e às contas dos Fundos Especiais, serão especificadas na sequência deste instrumento contratual.”

CAIXA ZERO

02 FEV 2016

Enviado por *Rogério Waldrigues*

Galindo, 02/02/16 8:12:01 AM

Auxílio-moradia de janeiro no Paraná
compraria mais 500 mil testes de zika
2500



O valor gasto com o auxílio-moradia de juízes e membros do Ministério Público do Paraná em janeiro deste ano equivale a toda a compra de testes de zika feita pelo Ministério da Saúde no momento de surto da doença no país.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

CAIXA ZERO

02 FEV 2016

Os 500 mil kits de teste rápido da doença foram comprados, segundo o Ministério da Saúde, por R\$ 6 milhões. O valor é ligeiramente menor do que aquilo que é pago, mensalmente, a magistrados, promotores e procuradores.

Segundo uma conta que multiplica o número de beneficiários no estado pelo valor recebido (R\$ 4,3 mil por mês), é possível imaginar que o gasto mensal do estado com o auxílio é de R\$ 6,4 milhões, aproximadamente.

Com o valor recebido pelos beneficiários em um ano, apenas no Paraná, seria possível comprar 6 milhões de testes do gênero – o suficiente para aplicar o teste em praticamente toda a população de Santa Catarina, por exemplo.

Siga o blog no Twitter.

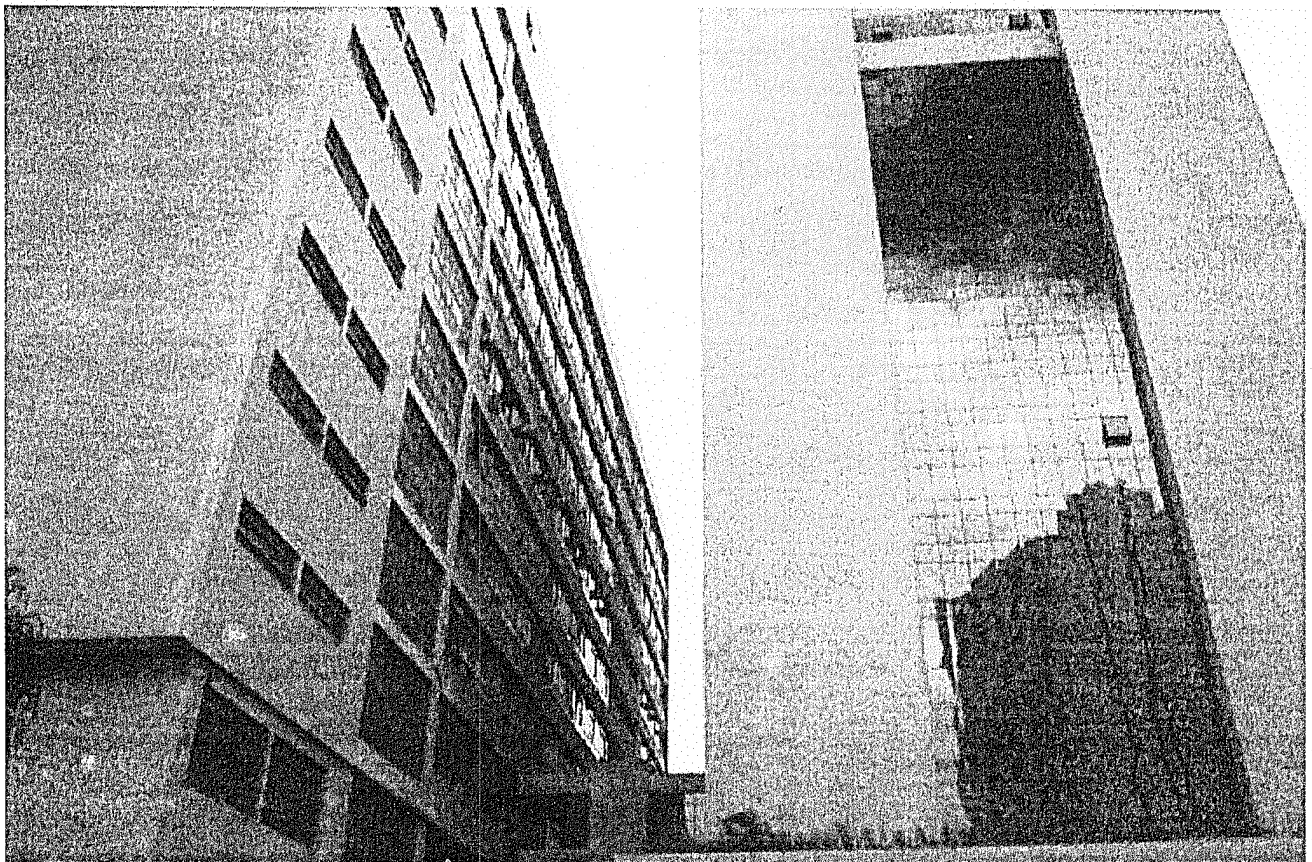
Curta a página do Caixa Zero no Facebook.

02 FEV 2016

Caixa Zero

Enviado por *Rogério Waldrigues Galindo*, 01/02/16 2:07:07 PM

Paraná gasta R\$ 6,4 milhões em auxílio-moradia de juizes e MP só em janeiro 27200



Tribunal de justiça do Paraná: R\$ 4,3 mil por cabeça. Foto: Jonathan Campos/Gazeta do Povo.

Os cofres públicos paranaenses pagaram cerca de R\$ 6,45 milhões em

CONTINUA

auxílio-moradia a magistrados e integrantes do Ministério Público do estado apenas em janeiro deste ano. São cerca de 1,5 mil pessoas beneficiadas pelo auxílio no Paraná.

Todos os juízes, desembargadores, promotores e procuradores de Justiça têm direito ao auxílio, sem sequer precisar comprovar que gastam a verba com moradia – não é necessário também que a pessoa tenha sido deslocada de sua cidade ou que comprove não ter casa própria.

O cálculo do gasto dos cofres públicos do estado segue o projeto "Auxiliômetro", que corre na internet, e que calcula em R\$ 125 milhões as despesas com o auxílio em todo o o país mês a mês. A conta é simples: multiplica-se o número de beneficiários possíveis pelo valor mensal, que é fixo, de R\$ 4,3 mil.

No caso paranaense, há cerca de 800 juízes e desembargadores e 700

CONTINUAÇÃO CAIXA ZERO 02 FEV 2016

promotores e procuradores. As pessoas podem escolher não receber. Sabe-se de poucos casos em que isso ocorreu, mas os números não são divulgados pelas instituições.